

SEMANA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL 2010

Intervenção no Painel

“Responsabilidade Social como factor de dinamização e valor nas empresas portuguesas”

(5 de Maio de 2010)

Quero, desde já, expressar os meus agradecimentos pelo amável convite que me foi formulado pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial, para, na qualidade de Presidente da CIP, partilhar convosco algumas ideias sobre um tema do maior interesse – *“Responsabilidade Social como factor de dinamização e valor nas empresas portuguesas”*.

A amplitude da problemática que é objecto da presente Semana da Responsabilidade Social será explorada pelos vários intervenientes e participantes nos diversos Painéis que se vão realizar durante o evento, o que permitirá obter uma panorâmica geral e mais alargada do *“estado da arte”* nesta matéria.

Pela minha parte, permitam-me, que comece por realçar alguns aspectos da Responsabilidade Social das Empresas na vertente objecto do presente painel, ou seja, em que medida a adopção e implementação de práticas socialmente responsáveis por parte das empresas poderá dinamizar a sua actividade e conferir-lhes valor acrescentado.

Começarei por referir alguns parâmetros factuais, que considero do maior relevo.

1.

É fundamental ter presente que o principal objectivo das empresas é o desenvolvimento da actividade económica através da geração de riqueza e, conseqüentemente, da criação de emprego.

No entanto, desde há muito se observa que as empresas, quer nas decisões que tomam quer na sua implementação, têm em conta, por iniciativa e vontade próprias, o impacto social, económico e ambiental provocado pelo desenvolvimento das suas actividades.

Inicialmente, o relevo conferido pelas empresas a esse impacto revestia cunho mais intuitivo e informal – frequentemente motivado pela ética pessoal do próprio empresário –, pois o conceito de RSE nem sempre estava formalmente associado a uma estratégia empresarial, como actualmente sucede.

De facto, o que distingue hoje a RSE das iniciativas do passado é a tentativa de a gerir estrategicamente e de a integrar nas actividades das organizações.

No contexto da globalização, a contínua introdução de novas tecnologias nos processos produtivos e o surgimento de novas pressões sociais e de mercado têm conduzido a alterações dos valores e dos horizontes da actividade empresarial.

Assim, são cada vez mais as empresas que optam por uma cultura de responsabilidade social, através da integração, **voluntariamente assumida**, de preocupações económicas, sociais e ambientais nas suas operações e na sua interacção com outros actores sociais – accionistas e investidores, trabalhadores e sindicatos, consumidores, comunidades locais e governos.

Neste quadro integrador, também existem, naturalmente, motivações de cariz económico.

E é bom que existam.

Nos países anglo-saxónicos, por exemplo, a adopção de boas práticas de RSE influencia, com frequência, a cotação dessas empresas na bolsa.

Em Julho de 2001, a Comissão Europeia, no Livro Verde sobre RSE, definiu a Responsabilidade Social das Empresas como a ***“integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interacção com outras partes interessadas”***.

Um ano mais tarde, em Julho de 2002, a Comissão publicou uma Comunicação relativa à Responsabilidade Social das Empresas (***“Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável”***), onde, em síntese, reafirma o carácter voluntário da RSE, e considera ser necessário aprofundar o assunto ao nível da União Europeia, envolvendo, para esse efeito, num Fórum Multilateral sobre RSE todos os actores sociais e civis – políticos, parceiros sociais e organizações não governamentais representativas da sociedade civil.

Os trabalhos do Fórum Multilateral Europeu sobre Responsabilidade Social das Empresas (FME-RSE) tiveram início em finais de 2002 e foram concluídos em meados de 2004, com a publicação, em 29 de Junho desse ano, de um Relatório Final.

O Relatório Final do FME-RSE reunia, num único documento, as conclusões alcançadas em 4 Grupos de Trabalho (denominados Round Tables), sobre as **seguintes matérias: “PME”, “Melhorar o Conhecimento”, “Transparência”, e “Desenvolvimento Sustentável e RSE”.**

O documento revela um consenso generalizado em torno de quatro ideias:

- a RSE foi concebida pelas empresas, e é desenvolvida pelas empresas;
- por RSE entende-se um comportamento que as empresas adoptam voluntariamente e para além das prescrições legais;
- a RSE está associada ao conceito de desenvolvimento sustentável, na medida em que as empresas têm vindo a integrar nas suas actividades a consideração do impacto económico, social e ambiental;
- a RSE reflecte o modo como cada empresa gere as suas actividades, não havendo, assim, um modelo que sirva a todas as empresas.

No âmbito da **Comunicação da Comissão: “Implementação da Parceria para o Crescimento e o Emprego – Tornar a Europa um Pólo de Excelência em termos de Responsabilidade Social das Empresas”, de 22 de Março de 2006**, foi lançada a Aliança para a RSE.

Nesta Comunicação, a Comissão reforça o carácter voluntário do conceito de RSE e considera que uma abordagem que implique obrigações e exigências administrativas suplementares para as empresas seria contraproducente e contrária aos princípios da **“better regulation”.**

Assim, a Comissão decidiu que a melhor forma de alcançar os seus objectivos é trabalhar em mais estreita colaboração com as empresas, pelo que anuncia o seu apoio ao lançamento da referida Aliança Europeia no domínio da RSE, que se baseia nos contributos das empresas activas na promoção da RSE.

Segundo a Comissão, a referida Aliança consiste num enquadramento político para iniciativas de RSE novas ou já existentes por parte das grandes empresas, das PME e outros interessados. Tal enquadramento delimitou-se em torno de três áreas de actividade:

- sensibilizar e melhorar o conhecimento da RSE e comunicar os seus resultados;
- contribuir para integrar a RSE nas práticas correntes e desenvolver coligações abertas para a cooperação;
- assegurar a criação de um ambiente favorável à RSE.

A Aliança implica compromissos por parte das empresas: tem de ser visível ao nível da União Europeia, e apresentar resultados, para ser credível.

Ou seja, trata-se de uma Aliança aberta às empresas que partilham a mesma ambição: tornar a Europa um Pólo de Excelência para a RSE, que apoie as empresas competitivas e sustentáveis numa economia de mercado.

A essência da iniciativa reside numa parceria entre os aderentes, fundada na concordância de que as prioridades da Estratégia Europeia para o Crescimento e o Emprego – já em fase final – respondem adequadamente aos desafios colocados pelo aumento da concorrência ao nível global, pelas tendências demográficas e por um futuro sustentável.

Já em 7 de Dezembro de 2006, o Fórum Multilateral Europeu sobre Responsabilidade Social das Empresas realizou uma Reunião de Progresso sobre o seguimento dado às Recomendações que constam do seu Relatório Final que anteriormente deixei referido – Reunião de Progresso onde foram apreciadas as acções e iniciativas que as empresas levaram a cabo, desde 2004.

2.

Deve referir-se que o Livro Verde da Comissão sobre RSE diz que *“Embora as empresas reconheçam, cada vez mais, a sua responsabilidade social, em muitos casos, é necessário adoptar procedimentos de gestão que reflectam esse reconhecimento.”*

Para além de não ser claro quais são estes *“muitos casos”* a que a Comissão alude, impõe-se acentuar que o Relatório Final do já citado Fórum Multilateral Europeu sobre RSE considera, por um lado, que há diferentes abordagens para responder às actuais exigências que se põem à actividade das empresas, e por outro lado, que também **há vários instrumentos – p. ex.: códigos de conduta, relatórios, etc. –, que estão ao dispor das empresas que desejem adoptar práticas socialmente responsáveis.**

Tendo o Fórum reconhecido que a RSE é fundamentalmente desenvolvida através de actividades levadas a cabo de forma voluntária pelas empresas, afigura-se pouco motivador e indesejável, pelo menos nesta fase, a pretensão manifestada por alguns no sentido de regulamentar esta matéria.

Na perspectiva das empresas, quaisquer eventuais tentativas de regulamentar a RSE seriam gravemente contraproducentes, na medida em que iriam sufocar a criatividade e a inovação, sendo certo que estas constituem o motor de um desenvolvimento bem sucedido do conceito.

Impor obrigações ou legislar sobre RSE restringiria a forma fluente e responsabilizada como estas práticas se têm vindo a implantar e a alargar, mercê da própria iniciativa das empresas, e também de “pressões”, mais visíveis ou mais discretas, dos vários grupos de pessoas directamente interessadas (os accionistas, os fornecedores, os clientes, os trabalhadores, os organismos ambientais, as autarquias, etc.).

Por outro lado, qualquer iniciativa legislativa no domínio da RSE significaria impor por via tendencialmente uniformizante modos de actuação que têm sido implementados pelas empresas de forma flexível e diversificada no contexto concreto em que operam (ou seja, as práticas socialmente responsáveis das empresas variam, na sua exacta configuração, de país para país, de região para região, de sector para sector, e de empresa para empresa, conforme as filosofias que vigoram em cada uma destas e o existente enquadramento social).

Um aspecto que importa acentuar é que as empresas, designadamente europeias e norte-americanas, estão a exercer uma influência muito positiva em matéria de RSE nos países onde sub-contratam empresas

locais, ou para onde deslocalizam algumas das suas unidades ou secções, ou onde adquirem matérias-primas.

Merece, no entanto, reservas alguma tendência a que se tem assistido, em muitos países, nomeadamente entre aqueles que estão em vias de desenvolvimento, de os **governos “tentarem” transferir verdadeiras obrigações do Estado para as empresas.**

O elevado sentido de RSE que está implantado em numerosas empresas não pode servir de pretexto aos Estados para se desresponsabilizarem de algumas das suas funções sociais essenciais – p. ex.: a educação, a segurança, o saneamento básico, etc.

3.

Há quem defenda, também, ao nível da União Europeia, o desenvolvimento de quadros de referência relativos a práticas e a instrumentos RSE, e mesmo o desenvolvimento de um conjunto de princípios igualmente válidos em todos os países da UE.

É preciso que a UE tenha uma atitude de grande prudência quanto a estes aspectos, pois iniciativas deste tipo poderiam prejudicar a posição das empresas nos mercados internacionais, onde competem com empresas que não estão sujeitas aos mesmos quadros de referência ou conjuntos de princípios.

Aliás, este género de iniciativas merece sérias reflexões ainda por outros motivos: as matérias e as práticas socialmente responsáveis, implementadas pelas empresas, têm sido desenvolvidas no âmbito da RSE de uma forma **“bottom-up”**, sendo extremamente duvidosa a eficácia, e **porventura criadora de anticorpos, uma abordagem “top-down”**.

Parece pacífico que **devem ser proporcionadas às empresas as melhores condições possíveis para a melhoria da sua competitividade.**

Um tipo de abordagem que envolvesse a imposição de normas e de procedimentos em matéria de RSE constituiria seguramente um obstáculo, e não um incentivo, em matéria de competitividade para a generalidade das empresas.

4.

No ponto n.º 6 da Aliança para a RSE, a Comissão refere que *“a RSE pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, reforçando o potencial de inovação e a competitividade da Europa, contribuindo também, desse modo, para a empregabilidade e a criação de emprego”*.

A CIP concorda, em termos gerais, com este entendimento.

A **forma voluntária** como as empresas integram as múltiplas preocupações no desenvolvimento das suas actividades tem subjacente, naturalmente, e como já referi, também uma avaliação económica.

A análise custo-benefício da inclusão de práticas socialmente responsáveis na estratégia das empresas não deixará, assim, de estar sempre presente.

O desenvolvimento voluntário dessas práticas tem sido levado a cabo com grande sucesso por parte de muitas empresas, tornando a RSE num importante factor de competitividade ao nível mundial.

De facto, a RSE, para um número cada vez maior de empresas e sectores industriais, começa a tornar-se uma necessidade competitiva, pois permite diferenciar as empresas num mercado cada vez mais exigente e global.

A RSE varia conforme os sectores de actividade, a dimensão das empresas e as circunstâncias específicas das mesmas.

No que diz respeito às PME's, é preciso realçar que não são, geralmente, socialmente menos responsáveis do que as grandes empresas.

Muitas micro e PME's podem não conhecer ou sequer utilizar a expressão RSE, mas as estreitas relações que estabelecem com os seus empregados, a comunidade local onde se inserem e os parceiros com que efectuam negócios, manifestam, ainda que de forma discreta, uma abordagem socialmente responsável.

É certo que a RSE está cada vez mais implantada, e num seguro processo de consolidação orgânica, a nível geral – falamos, naturalmente, da Europa e da América do Norte.

A grave situação de crise económico-financeira que actualmente se atravessa, com gravíssimos reflexos no plano social, constitui um bom exemplo da necessidade de flexibilidade, adaptabilidade e criatividade a que as empresas devem poder livremente recorrer para sobreviver e desenvolver-se, mantendo e criando mais e melhores empregos.

É nas motivações de cariz económico, postas em prática pelas empresas através de acções socialmente responsáveis, que a RSE pode provar o que vale como componente fulcral para vencer a crise.

E há razões factuais que concorrem, decisivamente, para o entendimento de que a actual crise motivará as empresas a assumirem um compromisso ainda mais sério e reforçado com o conceito de RSE.

A razão principal prende-se, naturalmente, com a **confiança**.

Como se sabe, uma das razões mais fortes que nos conduziu à situação actual, a nível global, teve início nos Estados Unidos, com o chamado “*sub-prime*”, que depressa se transformou numa enorme “bola de neve” de desconfiança entre os agentes financeiros no plano mundial.

Ora, tem sido comumente reconhecido que uma das vias mais importantes para ultrapassar a crise reside na reinstalação de um clima de confiança nos mercados, nos consumidores, no sistema financeiro e nas empresas, que conduza à retoma económica.

Neste contexto, é seguro dizer que as empresas que consigam transmitir maior confiança aos seus accionistas e investidores, aos seus trabalhadores, aos consumidores e à sociedade em geral, serão aquelas que estarão em melhores condições para ultrapassar e vencer a crise.

A criação de confiança entre os *stakeholders* tornou-se, portanto, um factor de competitividade decisivo.

E a face mais visível dessa criação de confiança passa, naturalmente, por adoptar, perante a sociedade, práticas socialmente responsáveis, entre as quais posso apontar, a título meramente exemplificativo:

- A assumpção de princípios de ética e responsabilidade empresarial, como referencial de conduta no mundo dos negócios;

- A aposta na Aprendizagem ao Longo da Vida e, conseqüentemente, no desenvolvimento das competências e qualificações dos seus colaboradores;
- O desenvolvimento da economia do conhecimento, onde o saber (o valor acrescentado intelectual), assume uma importância fulcral na concepção, produção, distribuição, venda e publicidade dos bens e serviços, contribuindo, assim, para a sustentabilidade das empresas.

Em suma, parafraseando o anterior Comissário Europeu responsável pela pasta das Empresas e da Indústria, Gunter Verheugen, em discurso final na sexta reunião do Fórum Multilateral Europeu sobre Responsabilidade Social das Empresas, realizada no dia 10 de Fevereiro de 2009: serão as empresas que saibam restaurar um clima de confiança, gerir a sua força de trabalho e ver a sustentabilidade como oportunidade, que conduzirão a União Europeia à retoma económica.

Na riqueza que aquelas empresas podem potencialmente gerar, reside a criação de mais e melhores empregos, a oferta de melhores produtos e serviços e a prosperidade económica das comunidades onde desenvolvam as suas actividades.

5.

Inicialmente concebido em torno das empresas, o alargamento do conceito da Responsabilidade Social a todo o tipo de Organizações – a designada Responsabilidade Social das Organizações (RSO) – leva-me a tecer algumas considerações sobre o papel, neste âmbito, também das Associações Sindicais e do Estado.

Num momento de crise, nada mais adequado do que reconhecer que todos temos uma responsabilidade acrescida em unir esforços para a ultrapassar.

Os sindicatos são, na nossa perspectiva, interlocutores investidos de responsabilidade acrescida que, no quadro de um diálogo social eficaz, se afiguram decisivos para impulsionar o desenvolvimento económico e social e, naturalmente, a inovação e a competitividade.

A existência de sindicatos activos e responsáveis, com objectivos nacionais, é essencial à sobrevivência das empresas, à manutenção e criação de mais e melhores postos de trabalho, à sustentabilidade da economia e ao bem-estar dos portugueses.

Nesta visão, há fortes razões que impõem um entendimento bastante alargado em relação a diversas matérias que são decisivas para a produtividade, a competitividade, a criação de emprego e o reforço da coesão económica e social.

Entre tais matérias, gostaria de destacar a organização do tempo de trabalho; a formação profissional; ou o crescimento salarial sustentável.

A economia, ou melhor, a produtividade como factor de competitividade, não vive sem este tipo de instrumentos.

E isto num quadro de reforço e dinamização da contratação colectiva, dando-lhe espaço, desenqustando-a, modernizando-a, de forma a criar um verdadeiro campo em que as partes, pelas vantagens mútuas que podem obter, estejam dispostas a negociar.

Também aqui, na contratação colectiva, é necessário dar um sinal claro de confiança, em prol da competitividade, da atracção de investimento e da criação de emprego.

Um sinal que ganha alcance se se passar das palavras aos actos, demonstrando, claramente, que são as empresas e os trabalhadores quem melhor conhece as condições e os contextos onde operam, formulando e ajustando as soluções mais adequadas a esses contextos.

Importante é também o papel do Estado, particularmente da Administração Pública.

A eficácia de toda a máquina administrativa é, hoje, questão central, quer para as empresas, quer para os trabalhadores, para os cidadãos em geral e para a captação de investimento.

Considero que, em Portugal, o Estado, para além de uma especial prioridade à consolidação das contas públicas, deve, também priorizar as áreas da Justiça, da Saúde, do Ensino, e a criação de um ambiente legislativo mais favorável às empresas (sobretudo às micro e pequenas empresas).

Entendo, ainda, que, mesmo no actual estado económico do País há outros aspectos a melhorar, como é o caso da infinita dispersão e repetitividade de formalidades burocráticas e dos crescentes sinais de preocupante insegurança pública.

Finalmente, entre as associações empresariais, os sindicatos e o Governo, tem-se verificado que a Concertação Social é um pólo de entendimento macro onde se discutem questões importantes como:

- Formação profissional;
- Segurança social;
- Políticas de emprego;
- Segurança e saúde no Trabalho;
- Política de rendimentos e preços;
- Acompanhamento com vista à dinamização da contratação colectiva.

Uma realidade que o pluralismo sindical tem possibilitado, não sendo, porém, tão frequente quanto seria desejável, a homogeneidade de posições assumidas por ambas as Centrais Sindicais.

A revisão do Código do Trabalho foi disso exemplo.

Mas tem sido em sede de concertação social, num clima de compromisso mútuo, que muitas das soluções propostas para crises anteriores foram concebidas e levadas à prática com sucesso.

Termino reafirmando que uma das vias mais importantes para ultrapassar a crise reside precisamente na reinstalação de um clima de confiança nos mercados, nos consumidores, no sistema financeiro e nas empresas, que conduza à retoma económica – e, nestes domínios, os princípios da Responsabilidade Social das Empresas, como instrumento de diálogo e de concertação, têm um papel decisivo a desempenhar.